



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações a criação de obras derivadas 3.0 Unported.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar crédito ao autor.

Não Comercial — Você não pode usar o material para fins comerciais.

Sem Derivações — Você não pode remixar, transformar ou criar a partir do material.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 3.0 Unported License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit.

NonCommercial — You may not use the material for commercial purposes.

NoDerivatives — You cannot remix, transform, or build upon the material.

	Editorial 6, 2013/01 [3-4] Editorial 6, 2013/01 [5-6]
Entrevista Interview	Entrevista com Fernando Henrique Cardoso [7-21] Interview with Fernando Henrique Cardoso [22-36] <i>Pedro Luiz Lima</i>
Dossiê Cultura e Política, organizado por Bruno Carvalho Culture and Politics dossier, organized by Bruno Carvalho	Introdução [37-40] Introduction [41-43] <i>Bruno Carvalho</i> A interface entre raça e identidade nacional no Brasil e na África do Sul [44-60] The interface of Race and National Identity in Brazil and South Africa [61-76] <i>Graziella Moraes</i> De Gramsci à Teoria das posses essenciais: política, cultura e hegemonia em “os 45 cavaleiros húngaros” [77-101] From Gramsci to the theory of essential possessions: politics, culture and hegemony in the ‘The Hungarian Knights’ [102-125] <i>Raquel Kritsch</i> Limites da Política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos [126-143] The limits of politics and the deflation of conflicts: journalism as a manager of consensus [144-161] <i>Flávia Biroli</i>
Artigos Articles	As implicações de ressentimentos acumulados e memórias de violência política para a descentralização administrativa em Moçambique [162-180] The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique [181-199] <i>Victor Igreja</i> O triângulo Irã-Israel-Azerbaijão: implicações para a segurança regional [200-214] The Iran-Israel-Azerbaijan triangle: implications on regional security [215-228] <i>Maya Ehrmann, Josef Kraus e Emil Souleimanov</i> O retorno do conflito: a democracia republicana [229-244] The return of conflict: republican democracy [245-260] <i>Maria Aparecida Abreu</i>

Artigos

Articles

A Economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008) [261-277]

The political economy of the bolivarian decade: institutions, society and government performance in Bolivia, Ecuador and Venezuela (1999-2008) [278-293]

Dawisson Belém Lopes

Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito [294-311]

Two types of liberalism in the National Democratic Union (UDN): Afonso Arinos and Lacerda between consensus and conflict [312-329]

Jorge Chaloub

Isebianas

Isebianas

Projeto, democracia e nacionalismo em Álvaro Vieira Pinto: Comentários sobre “Ideologia e desenvolvimento nacional” [330-336]

Project, democracy and nationalism in Álvaro Vieira Pinto: Comments on “Ideologia e Desenvolvimento Nacional” [*Ideology and National Development*] [337-344]

João Marcelo Ehlert Maia

Edição facsimilar de Ideologia e Desenvolvimento Nacional [facsimile]

Alvaro Vieira Pinto

Pesquisa e projeto

Research and research project

Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa [345-353]
Brief guidelines for drafting a research project [354-362]

Jairo Nicolau

Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos

Flávia Biroli

Flávia Biroli

é Professora Adjunta do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e pesquisadora do CNPq. E-mail: flaviabiroli@gmail.com

Resumo

O artigo discute a atuação política do jornalismo, em uma análise que parte da crítica aos efeitos da distinção entre jornalismo partidário e jornalismo profissional. A atuação do jornalismo expressa ativamente — e não apenas em posições conjunturais ou disputas eleitorais — uma posição política situada. É a expressão de *uma parte* nas disputas mesmo quando não existe alinhamento político-partidário estável. O recurso à transcendência ou à imparcialidade é complementar, e não alternativo, a essa atuação partidária. Ela corresponde à expressão naturalizada de compreensões da política que definem os limites das controvérsias, a agenda e os atores que serão vistos como politicamente legítimos. Ao reproduzir no noticiário as fronteiras da política democrática tal como é atualmente configurada, o jornalismo promove o esvaziamento de conflitos fundamentais para uma maior pluralização da política. Ao mesmo tempo, coloca-se na posição de “gestor de consensos”.

Palavras-chave

Jornalismo, pluralidade, partidarismo, democracia, conflitos, consensos.

Abstract

This article discusses the political activism of journalism building upon a critical analysis of the effects of the distinction between partisan and professional journalism. Journalism actively expresses a situated political stance or position that is not circumscribed to conjunctures in which it must choose sides or electoral disputes. It is an expression of *one part or party* in disputes, even when stable political or partisan alignments are inexistent. The notion of impartiality or the capacity to transcend disputes is embedded, and not an alternative, to partisanship. Journalistic activity will correspond to the naturalized expression of an understanding of politics that define the boundaries within which controversy unfolds, the agenda and the actors to be regarded as politically legitimate. By reproducing in newscasts the boundaries of democratic politics in its current configuration, journalism promotes the deflation of fundamental conflicts that are essential to achieve greater political pluralism. At the same time, it positions itself as a “manager of consensus”.

Keywords

Plurality, partisanship, democracy, conflict, consensus.

É bastante difundido o entendimento de que o jornalismo atua como partido quando a atividade jornalística coincide com a atividade política de um partido ou facção política, isto é, o jornalismo se define pela defesa de uma plataforma, causa, ou de um conjunto de interesses que estão relacionados a um partido ou posição político-partidária em particular¹. A noção de paralelismo político, compreendida como correspondência entre as posições nos meios de comunicação e as posições no espectro político-partidário (Hallin e Mancini, 2004), é uma das expressões mais conhecidas desse entendimento na literatura contemporânea sobre mídia e política. Uma de suas bases normativas é a oposição entre jornalismo ideológico e jornalismo objetivo, ainda que esta última tenha sido alvo de críticas recorrentes por ser vista não apenas como ingênua, ao pressupor que a objetividade pode ser alcançada e que é possível um jornalismo livre de ideias e conceitos prévios à construção das narrativas factuais, mas também como conceitualmente equivocada ao reduzir ideologia à tomada de partido. A matriz histórica dessa oposição é, por sua vez, a distinção entre jornalismo partidário e profissional. E esta, diferentemente da noção de jornalismo objetivo, permanece em grande parte intocada. É o que ocorre, por exemplo, na diferenciação feita por Hallin e Mancini entre a tradição da advocacia e a tradição da neutralidade no jornalismo político (Hallin e Mancini, 2004: 26-27).

A distinção entre jornalismo partidário e/ou político e jornalismo profissional e/ou empresarial vem sendo importante para análises do jornalismo brasileiro. O fortalecimento da mídia empresarial, associado à profissionalização da atividade jornalística, redefiniu a atuação da mídia e contribuiu para um novo arranjo nas relações entre mídia e política ao longo do século XX (Abreu, 2002; Bahia, 1990; Sodré, 1977). Mesmo estudos que afirmam que jornais como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* já se organizavam como empresas no final do século XIX ressaltam que eram ainda jornais “de causa”, fundados para defender uma posição política. Neles, “a organização empresarial era arcabouço material para se realizar o objetivo político” e o lucro não era um objetivo independente ou prioritário em relação à “mensagem” (Taschner, 1992: 30-31).

Não há, nessas análises, uma exclusão da atuação política, mas um destaque para a institucionalização do jornalismo (Ribeiro, 1998), coma definição de uma cultura e de uma lógica que seriam próprias — a da técnica e da ética jornalísticas como imperativos mobilizados pelos profissionais, a do lucro e do público como imperativos mobilizados pelos empresários, para fazer uma divisão grosseira entre redação e gerência. E um dos elementos característicos dessa lógica é que ela não é situada, ao menos *a priori*, no espectro político-partidário. Dessa ausência de posição, é logicamente derivado o entendimento de que o jornalismo não-partidário é também um jornalismo *potencialmente distinto* das posições políticas e das disputas. Isso não significa que ele efetivamente o seja, ou que sempre o seja, mas que se tornaria possível considerar o posicionamento como um desvio. Daí a surpresa, em alguns estudos, quanto ao fato de que o jornalismo transformado em profissão e empresa não seja capaz, ainda assim, de agir como “força de neutralização do particularismo e partidarismo das locuções dos diferentes setores políticos e sociais” (Ribeiro, 1998: 319).

Nesse sentido, o fato de que o jornalismo brasileiro “concilia um papel político ativo com a reivindicação do exercício de um lugar transcendental em relação às forças políticas particulares, típico daquele encontrado no modelo americano do *jornalismo objetivo*” (Albuquerque, 2010: 101), não é, do ponto de vista desta análise, algo que de fato o distinga. Para que assim fosse, seria necessário encontrar no modelo orientado pelo ideal da objetividade (da transcendência em relação a posições particulares) um recuo ou suspensão da atuação política. Mas, como se sabe, o fato de que a objetividade seja parte da deontologia do jornalismo não anula a prática política, ainda que a reconfigure, construindo para o jornalismo um lugar especial, distinto, nas disputas políticas (Biroli e Miguel, 2012; Carpentier, 2005; Deuze, 2005; Ettema e Glasser, 1998).

Na análise do jornalismo estadunidense, Schudson (2003, 2001) observa a passagem do jornalismo como voz partidária ao recurso à neutralidade, e depois à objetividade, como dispositivos de defesa dos jornalistas como grupo ocupacional. A análise não se fia na objetividade como princípio, mas analisa sua realização como ideal normativo, situado em um contexto específico da política e do jornalismo. O viés que o jornalismo apresenta é, nesse caso, sobretudo aquele que advém da própria cultura profissional dos jornalistas, estabelecendo um *continuum* entre rotina de trabalho, ética profissional e posição social dos jornalistas (majoritariamente brancos e de classe média), levando à compreensão de que “as notícias são hoje muito mais formatadas pelo verniz profissional e muito menos marcadas pelas expectativas ou receios partidários do que em uma imprensa verdadeiramente política” (Schudson, 2001: 9).

Nas análises mais preocupadas com o impacto do jornalismo para a democracia, a compreensão de que a objetividade constitui normativamente o jornalismo convive com uma preocupação em caracterizar novas formas de atuação política. O próprio Schudson, mencionado acima, discute as transformações na cultura política do jornalismo ao mesmo tempo em que procura apontar caminhos para tornar a atividade jornalística mais compatível com a democracia — que, na sua análise, ora parece mais próxima de uma visão dahlsiana de agregação de grupos de interesse, ora de uma visão republicana que remete à superação dos interesses privados parciais em direção ao bem público. Se a mídia não pode permanecer à parte nas disputas entre interesses distintos, assumindo uma posição objetiva, ela poderia, alternativamente, “promover uma visão mais compreensiva da política do que aquela dos grupos que defendem interesses específicos”, em vez de, “inconscientemente e sem essa intenção, disseminar e reforçar a visão dos grupos de interesse” (Schudson, 2003: 222).

O noticiário é definido pelo autor como “depositário de pressuposições compartilhadas” (Schudson, 2003: 15), como prática social e forma literária que “reflete, incorpora e reforça estruturas e valores de um mundo social particular de maneiras que remetem ao mesmo tempo às estruturas e valores do jornalismo e ao ‘mundo’ que ele presume cobrir” (Schudson, 2003: 15). E é isso que permitiria considerá-lo como instituição social e cultural complexa, que não poderia ser “reduzida a uma ideologia política articulada” (Schudson, 2003:p. 16). A expressão que melhor definiria essa prática complexa é “public knowledge”, conhecimento público. Vale observar que, tomado esse rumo, o problema da impossibilidade prática da objetividade é deslocado em direção a uma atuação pública que abrangeria o leque dos interesses e posições socialmente representados num dado contexto. Fica resguardada a visão de que o jornalismo poderia — deveria, ao menos — representar a própria pluralidade social.

129

Para a abordagem que proponho neste artigo, o ponto é que há um paralelo, em análises históricas e normativas, entre a superação do jornalismo partidário e a transcendência do jornalismo (profissional) relativamente às disputas políticas e aos interesses sociais. Ele é o alvo das críticas aqui mobilizadas. Diferentemente, defino a atuação do jornalismo como partidária porque entendo que expressa ativamente — e não apenas nas disputas eleitorais — uma posição política situada. O recurso à noção de atuação *partidária* é uma opção para ressaltar que essa posição situada é incontornável e para tensionar a dualidade partidário *versus* profissional. Destaco, assim, o fato de que o jornalismo é a expressão de *uma parte* nas disputas mesmo quando não existe alinhamento político-partidário estável.

O artigo é um desdobramento de pesquisas sobre as práticas e os valores que organizam o jornalismo brasileiro (Biroli, 2003, 2004, 2007; Biroli e Miguel, 2012; Miguel e Biroli, 2010b e 2011) e sobre a baixa pluralidade nesse jornalismo (Miguel e Biroli, 2010 e 2011). Procura-se consolidar hipóteses que estão na base de uma agenda de pesquisa sobre a atuação política do jornalismo convencional — sobretudo o jornalismo que corresponde à chamada grande imprensa. A opção, aqui, não é a detestar empiricamente as hipóteses ou expor seu alcance por meio de pesquisas empíricas, mas de discuti-las propondo e reforçando caminhos para as análises da relação entre o jornalismo e a política no Brasil. Por outro lado, é preciso deixar claro que seu foco nos valores e nas práticas que organizam o jornalismo convencional corresponde a uma atenção reduzida ao jornalismo *online*, aos desafios que se impõem quando se pensa no jornalismo local e às disputas entre enquadramentos que se estabelecem a partir, por exemplo, de enquadramentos propostos pelos movimentos sociais em veículos e espaços estrategicamente mobilizados. Essas são variáveis e aspectos que poderiam ser retomados para a consideração de situações e interações específicas².

Por outro lado, o jornalismo *online* pode ser entendido como um elo a mais na alimentação de informações entre jornalistas, e entre jornalistas e assessorias de imprensa, aqui discutida. As manifestações dissonantes, na internet, tendem a não atingir o mesmo status que os *blogs* e *twitters* de jornalistas e políticos já posicionados. Os meios de comunicação convencionais são, ainda, pouco permeáveis a discursos que não tenham incorporado previamente a sua lógica. Essa é uma das maneiras pelas quais se definem, hoje, as fronteiras da política no jornalismo: é preciso que os discursos sejam coerentes com as representações da política predominantes no jornalismo para que suas chances de serem incorporados ao noticiário se ampliem. Pensar as fronteiras da política no jornalismo parece necessário, assim, também para que seja possível reconhecer espaços e dinâmicas comunicacionais alternativos.

Tendo isso em mente, este texto discute valores e práticas jornalísticas que tendem a reforçar limites da política democrática, na medida em que os consagram e naturalizam. Esse ponto será discutido na segunda seção do artigo, que dá sequência a esta primeira, introdutória. A hipótese que funciona como espinha dorsal da análise será discutida na terceira seção: a compreensão da política que é corroborada pelos noticiários implica um esvaziamento de conflitos que são fundamentais para a compreensão da própria dinâmica política. A quarta seção caracteriza o jornalismo como “gestor de consensos” e é seguida por uma breve conclusão sobre o impacto da atuação do jornalismo, assim compreendido, na reprodução de pressupostos e práticas que atualizam as fronteiras da política.

130

Permeabilidade seletiva

Há uma relação significativa entre a organização dos diferentes campos sociais e as fronteiras no noticiário. Isso inclui as fronteiras internas e as externas. No primeiro caso, o das fronteiras internas, refiro-me à distribuição dos temas e dos atores sociais pelas diferentes partes ou seções do noticiário. Como há hierarquias entre essas partes (de visibilidade, de “seriedade”, de relevância atribuída), essa distribuição corresponde à atribuição de destaque relativo, e diferenciado, a temas e atores. Além disso, há graus diferentes de politização, novamente dos temas e dos atores que tomam parte da notícia, respaldados por essas fronteiras. O exemplo mais claro, nesse caso, talvez seja o da distribuição das notícias entre as seções de política e de cidades (com seus diferentes rótulos) nos jornais impressos diários. Equivale, também, à diferenciação entre o noticiário político e de comportamento nos telejornais e nas revistas semanais de informação.

Quando se trata do que estou chamando de fronteiras externas do noticiário, por sua vez, estamos mais próximos do que é discutido quando se fala na construção da agenda e na atuação da mídia como *gatekeeper*. Agora, o foco recai sobre os filtros que definem o que se transforma em notícia, o que é visto como fato noticiável e qual a gramática que organiza rotineiramente os eventos e depoimentos como notícias. Diz respeito também à produção de fatos noticiáveis por agentes externos à mídia, para dar visibilidade a eventos e atores, mas principalmente com o objetivo de controlar as formas assumidas por essa visibilidade. Assim, enquanto as fronteiras internas podem espelhar formas de organização do mundo social que não são aleatórias, elas são o produto da ação cotidiana dos profissionais do jornalismo. As externas, por sua vez, são ao mesmo tempo o efeito do poder dos profissionais do jornalismo, que definem o que e quem adentra “sua” seara, e do trabalho de agentes externos, motivados pelos efeitos que a visibilidade (inclusive a visibilidade negativa ou excessiva) podem ter sobre sua imagem, posição, interesses.

Mas há um terceiro ângulo do qual se pode discutir esses filtros — e que só distingo dos anteriores por razões analíticas. O acesso de temas e atores ao noticiário tem significado e impacto em diversas esferas e redes de relações, que atravessam, mas excedem a mídia e o jornalismo. Desse ponto de vista, a sobreposição entre fronteiras externas e internas é o que precisaria ser ressaltado, em vez das distinções entre elas. O que define o impacto não é apenas o acesso à mídia, a conquista da visibilidade (as fronteiras externas). Sua variação corresponde, também, aos filtros que definem o trânsito por territórios midiáticos distintos, que hierarquizam e politizam, ou desidratam politicamente, os temas e atores (as fronteiras internas) na medida em que os tornam visíveis — e, nesse sentido específico, públicos³.

É sobretudo a relação entre a agenda política e a agenda da mídia, com os atores que as consolidam cotidianamente no campo político e no campo midiático — certamente em meio a disputas, mas também por meio de acomodações — que está em questão

aqui. Desse terceiro ângulo, fronteiras internas e externas são inseparáveis. O acesso (fronteiras externas) é um acesso focado em territórios específicos do noticiário (fronteiras internas) e que já se impõe a partir de significados prévios que incluem ou não o rótulo de políticos. E esse é um terreno escorregadio. Não é possível afirmar que as disputas pela definição do que é visto como politicamente relevante se deem fora da mídia, não é possível afirmar que resultem do discurso midiático. É na interação de longo prazo entre profissionais do jornalismo e atores políticos, alimentada cotidianamente, que essa rotulação se dá. E a *inclusão orientada* de temas e atores no noticiário é um de seus aspectos centrais nas sociedades contemporâneas.

Os temas se projetam, ao mesmo tempo, a partir da chancela e do esforço dos atores políticos para que tenham destaque, o que inclui o trabalho dos profissionais de comunicação na política e as formas de arregimentação dos jornalistas das notícias (para diferenciá-los das assessorias de imprensa), e da chancela cotidiana dos jornalistas, nos diferentes papéis em que se organiza a produção cotidiana da notícia. O destaque e localização dos temas no noticiário é inseparável do destaque e localização dos atores políticos no noticiário. Como vem sendo ressaltado por diversos autores, a lógica do jornalismo antecipa a da política e a lógica da política antecipa a do jornalismo, em uma dinâmica de afirmação recíproca (com ênfases e implicações diferentes, essa correlação está presente em Cook, 2005; Ettema e Glasser, 1998; Gans, 2004; McCombs, 2009; Miguel, 2002). O fato de que exista domínio alternado, por parte dos jornalistas e dos atores políticos, sobre as diferentes fases do processo de produção da notícia, apontaria para reciprocidade e dependência, mesmo que também estejam presentes disputas. Acordos, acomodações e antecipações constituem a série “constante mas implícita” de “negociações sobre quem controla a agenda, o que pode ser perguntado, onde e como, e o que pode ser considerado uma resposta adequada” (Cook, 2005: 12).

Isso não significa que *o jornalismo* e *a política* estejam em harmonia, mas que um modo de realização do jornalismo e um modo de realização da política nas democracias são complementares. Não significa, também, ausência de disputas. As disputas entre os atores políticos pela definição da agenda – e me refiro aos atores políticos em sentido abrangente, considerando movimentos sociais, por exemplo, e não apenas os atores do campo político em sentido mais restrito – permitiriam observar como os filtros que os meios de comunicação colocam em ação, ao definir os temas e atores que têm acesso ao noticiário, situam-nos sobretudo em relação às fronteiras da política, mais do que em relação a partidos políticos específicos. Desse ponto de vista, as disputas entre jornalistas e políticos (que se expressam hoje, sobretudo, no que diz respeito ao controle sobre informações relacionadas a escândalos e ao controle sobre a imagem pública dos políticos e partidos) são menos expressivas do que os acordos fundamentais sobre o que é, o que abrange, onde se faz e quem faz política.

A partir dos três ângulos que aqui definem fronteiras internas, externas e sobrepostas, é possível discutir as formas de acomodação entre as configurações do campo mais restrito da política (concentrado, sobretudo, nas disputas partidárias e nas ações, comportamentos e acordos/desacordos no âmbito do executivo, do legislativo e, por último, do judiciário) e a organização do noticiário. A concentração do noticiário em alguns atores e o insulamento da política nos limites das instituições que constituem os poderes Executivo, Legislativo e, em menor medida, Judiciário, produz uma visão da política separada de outras esferas e dinâmicas sociais e, principalmente, distante do cidadão comum. Por isso é que mesmo quando alguns conflitos, como os conflitos entre partidos

ou entre governo e oposição, dão o tom ao noticiário, há ainda a suspensão de conflitos que podemos entender como mais fundamentais — que correspondem ao elo entre as divisões na esfera da política, em sentido restrito, e as divisões socialmente relevantes.

132

Um dos principais aspectos da política noticiada é a concentração em alguns poucos atores, em detrimento de outros. Um exemplo é a presença escassa no noticiário político de atores que detêm influência ampliada no âmbito do Estado, como os empresários. É significativo que essa ausência se dê ao mesmo tempo em que ficam de fora do noticiário atores que representam formas de atuação, e em alguns casos interesses, distintos daqueles que têm assento nos espaços mais restritos da política, como os movimentos sociais. Uma pesquisa realizada nos anos de 2006 e 2007 mostrou que os empresários eram 3,2% das personagens de política dos principais telejornais brasileiros (*Jornal Nacional*, *Jornal da Band* e *SBT Brasil*), enquanto os movimentos sociais representavam pouco menos de 3% das personagens nos mesmos veículos (Miguel e Biroli, 2010b). De modo semelhante, uma pesquisa sobre o *Jornal Nacional* realizada em 2007 mostrou que o noticiário político se concentra nos atores investidos de cargos e mandatos eletivos sobretudo no âmbito federal, reproduzindo as hierarquias internas da política (Gomes, 2008). A ausência de empresários corresponde à ausência de elos importantes para o entendimento do exercício diferenciado do poder político e das formas, também diferenciadas, de pressão sobre o Estado e sobre a agenda pública. Significa, também, a ausência de aspectos relevantes para o entendimento de temas que o próprio noticiário destaca, como os escândalos de corrupção. Por outro lado, a ausência dos movimentos sociais pode corresponder ao silêncio sobre tensões que não são exteriores à política. A presença desses atores poderia tornar possível um entendimento mais complexo das posições na política, das relações entre as posições político-partidárias e os conflitos sociais.

A análise da presença-ausência dos atores no noticiário político é uma das formas de abordar quais são os limites dos consensos estabelecidos — no noticiário e no campo político. Em última instância, trata-se de tematizar, a partir desse aspecto específico das representações da política — *quem tem acesso à política e quem tem acesso ao noticiário político* —, os limites atuais da própria democracia.

Política bem-comportada e Partidarismo

A compreensão da política que atualiza esses filtros, isto é, que naturaliza os critérios para seleção de quem tem visibilidade no noticiário político, *éposicionada*. A visão parcial que assim se define não é enviesada porque dá maior visibilidade a um ou outro partido político. O ponto para o qual chamo a atenção é a reprodução dos limites da pluralidade democrática. Nesse sentido, a atuação partidária da mídia consiste em sua participação na dinâmica de inclusão-exclusão de temas e atores na esfera delimitada como propriamente política. Confirma a permeabilidade seletiva da política a temas e atores, sem tematizá-la. Assim, este que é um problema central à análise crítica da democracia — o problema dos limites ao acesso de temas e atores ao campo político propriamente dito e ao debate público — não é tematizado.

Por isso, é possível considerar que há *parti pris* no jornalismo mesmo quando não há identificação, ou identificação estável, entre os veículos de comunicação e um partido político ou grupo de interesse específico.

Mas esse partidarismo é efeito de quê? Não advogo, aqui, por análises que restrinjam o noticiário a um efeito do alinhamento entre empresários da comunicação e grupos

políticos ou, em sentido mais amplo, entre empresários e *status quo*. Se isso não é uma inverdade, não serve, no entanto, como ponto de chegada para a análise do noticiário, que é, em grande medida, definido no cotidiano das redações, com base em critérios e valores jornalísticos rotinizados. Por outro lado, o fato de que esses critérios e valores possam ser expressos num corpo de orientações técnico-normativas não suspende seu caráter ideológico. O noticiário é ideológico em pelo menos dois sentidos da noção de ideologia, que são complementares (e que aqui defino a partir de Eagleton, 1997:33 e 38): como rede de sentidos que inclui elementos empíricos e normativos, na qual a empiria é definida a partir dos requisitos da normatividade, isto é, na qual os fatos são mobilizados para a confirmação de posições que lhes são prévias e deles independem. E, no segundo sentido, como enunciado que pode ser verdadeiro no sentido de que corresponde à realidade da sociedade presente, mas bloqueia sua transformação. Nesta última definição, “a própria verdade de tal enunciado é também a falsidade de sua negação implícita de que [algo] melhor poderia ser formulado” (Eagleton, 1997: 38).

O fato de que o noticiário é feito a partir de escolhas que estão implícitas nas rotinas jornalísticas, ou de que seja efeito de uma cultura do jornalismo (Schudson, 2003), não diminui seu caráter ideológico e partidário, se entendemos partidarismo e ideologia dessa forma. A acomodação entre o noticiário político e os limites da política, que são traduzidos num modo de funcionamento do campo da política e de delimitação dos temas e atores que a ele têm acesso, é um posicionamento ideológico e não um espelhamento “objetivo”.

A aceitação dos limites da política estrutura o noticiário. É complementada, e incentivada, por formas de dependência entre essas esferas. Ainda que tenham existido tensões entre o jornalismo e a política (e entre jornalismo e governo) com a afirmação do jornalismo orientado pela norma e pelo ideal da objetividade, há historicamente uma relação crescente de dependência entre imprensa e governo, seja pelos subsídios à imprensa e concessões de rádio e televisão que se definem nesse contexto (Cook, 2005), seja pela dependência dos jornalistas em relação às informações autorizadas e confirmadas a partir das posições institucionais. Se, a partir dessas transformações, não era mais possível que partidos e políticos controlassem diretamente os veículos de comunicação, também não era mais necessário para os políticos investidos de cargos de destaque no governo que esse controle fosse direto: “o acesso das suas visões à grande mídia estava garantido — e protegido contra ataques ‘irresponsáveis’ — em decorrência da autoridade da sua posição, e não devido a seu partido ou política específicos” (Hallin, 1989: 70).

Há um fluxo de mão-dupla, que é complementar, entre o que jornais e jornalistas buscam da política e como os políticos profissionais e os burocratas do alto escalão dos três poderes, mas especialmente do executivo — por sua vez, acompanhados dos seus próprios jornalistas (de sua assessoria de imprensa) — a veem. Acompanhando a análise de Timothy Cook (2005), essas escolhas são reproduzidas “naturalmente” porque: (a) os jornalistas compartilham um mesmo repertório, (b) os jornalistas compartilham um número restrito de fórmulas na busca das informações e produção dos textos.

É nesse sentido, e apenas nesse, que penso ser possível entender o jornalismo como um produto de rotinas naturalizadas, mais do que de atitudes políticas (Cook, 2005: 71). As rotinas não excluem atitudes políticas, mas as confirmam sem que seja necessária uma atuação identificada como política, isto é, como vinculação explícita ou tácita a partidos políticos ou a posições nas disputas político eleitorais, por exemplo. As rotinas naturalizadas atualizam concepções políticas que têm, sendo propositadamente circular e redundante, efeitos políticos.

A escolha das fontes é um produto tanto da compreensão da política compartilhada pelos jornalistas (e, em grande parte, entre jornalistas e políticos profissionais), quanto das rotinas jornalísticas mais propriamente (com os repertórios e fórmulas compartilhadas). Os jornalistas recorrem a posições oficiais — a quem está em uma posição que garantiria a fidedignidade das informações ou, na expressão de Cook (2005: 76), “as mesmas pessoas-em-posição-de-saber” —, o que se desdobra em um noticiário bastante homogêneo.

A ocupação de cargos e a posição das fontes nas instituições e organizações, sobretudo governamentais, funcionam, assim, como recurso de autoridade para o próprio jornalismo. Das hierarquias da política, o jornalismo extrai a autoridade de empréstimo, de um lado, e de outro o distanciamento que garantiria sua imparcialidade, uma vez que as razões para ouvir essas fontes seriam óbvias, isto é, seriam sua posição já-consagrada — vista como um dado de realidade e não como produto da seleção feita pelos jornalistas.

Essa relação entre jornalistas e políticos (como fontes e personagens do noticiário) é um aspecto importante da acomodação entre a lógica do jornalismo e a lógica da política, mesmo que se considere a importância das hierarquias e dos valores que são próprios a cada um desses campos. Não exclui disputas, mas **tende rotineiramente à acomodação** pelos motivos aqui elencados — que não abrangem, certamente, todos os incentivos e explicações para essa acomodação, mas são os mais influentes do ponto de vista desta análise:

(1) **há sustentação recíproca das hierarquias** em um e outro campo, isto é, existem correspondências entre a ação eficaz em um e no outro campo, entre o desempenho considerado competente das funções em um e outro campo. O reconhecimento pelos pares, que é uma das facetas da hierarquia interna aos campos, é transpassado, nesse caso, pelas relações entre os dois campos. O repórter que tem as fontes “certas” é uma face dessa atividade, o político que tem sua posição como informante reconhecida é a outra. Ainda que se considerem as tensões (a busca, pelo jornalista, de informações que o político não deseja que se tornem públicas é um exemplo, os conceitos prévios dos jornalistas sobre a competência de políticos e políticas, inclusive sobre suas habilidades comunicativas, podem ser outro exemplo), a lealdade entre uns e outros pode ser explicada por essa sustentação recíproca;

(2) **há sobreposição entre as hierarquias na política e no jornalismo.** A topografia atual da política determina seu tratamento nos noticiários ou, dito de outro modo, os noticiários *reverenciam* a topografia do poder político, além de serem *referenciados* por ela. Isso corresponde à naturalização das posições de poder (sobretudo a partir da valorização dos cargos), mas também ao destaque concedido aos temas e “enredos” — das crises políticas ao sucesso na condução de acordos, para dar dois exemplos comuns nos noticiários. Entra nessa sobreposição o espelhamento dos temas. Assim, a exclusão de determinadas temáticas dos debates no Congresso, por exemplo, tem como uma de suas conseqüências uma menor chance de que façam parte da agenda jornalística, sobretudo da cobertura política. Considerando que a entrada para o noticiário pode provocar respostas na política, a exclusão dos temas da cobertura pode ser um fator na perpetuação de sua exclusão dos debates no legislativo ou de reações no executivo. Isso faz com que a marginalização, de temas e de atores, em um desses campos reforce sua marginalização no outro. A compreensão compartilhada de quem são os atores políticos legítimos organiza o noticiário e define o acesso às janelas de visibilidade (Gomes, 2008). Esse acesso é, por sua vez, desigualmente distribuído internamente ao noticiário, considerando que temáticas e seções têm pesos diferenciados;

(3) há compartilhamento de visões sobre aspectos estruturantes da política democrática e sobre os atores, espaços e temas que são politicamente relevantes, mesmo quando ela não corresponde ao alinhamento com um ou outro partido político. Uma delas consiste na divisão entre políticos e “cidadãos comuns”, desdobrada na divisão entre fontes sabidas, competentes para explicar o que ocorre na política, e eleitores indignados, aos quais se dá no máximo a possibilidade de vocalizar sua indignação, comumente em termos que confirmam sua marginalidade em relação à dinâmica política e seus imperativos. Outra dentre essas visões consiste na definição dos lugares “certos” do fazer político, desdobrando-se na divisão entre os territórios da política codificada e razoável, distinta dos espaços dos conflitos e manifestações ruidosos e emotivos. E há ainda um terceiro, que é a aceitação de que as temáticas relevantes são aquelas que os debates nos espaços mais restritos da política (executivo e legislativo federais, sobretudo) e nos próprios jornais são, *de fato e por mérito* que não precisaria ser discutido, as temáticas relevantes. A circularidade é característica desse compartilhamento.

(4) há compartilhamento de referências, no sentido de que os jornais são, para os jornalistas, a referência principal do que se passa no mundo. É deles, e não apenas da experiência direta da política, que mesmo os jornalistas políticos que passam horas diariamente no Congresso ou nas salas de imprensa dos ministérios extraem elementos centrais a sua visão do *que* e de *quem* é politicamente relevante e digno de ser notícia. Recentemente, esse compartilhamento vem sendo aprofundado pelas salas de imprensa, pelas coletivas convocadas sobretudo por órgãos políticos e governamentais, pelo material que as assessorias de imprensa fazem circular, simultaneamente, para diferentes veículos e, de modo diferenciado mas também importante, pelo impacto da internet nas rotinas jornalísticas — sobretudo dos *blogs* e *sites* de jornalistas já-reconhecidos. Mas há, também, um compartilhamento de referências que se deve ao fato de que os jornalistas são em sua maioria provenientes dos mesmos extratos socioeconômicos (a classe média branca brasileira, no caso) e têm formação, e visão do próprio jornalismo, uniformizada pelas faculdades de jornalismo⁴.

A política, nos noticiários, constitui-se, nesse contexto de relações, como o território dos políticos profissionais. Por isso, é possível dizer que seu *topos* são os próprios cargos e posições de poder do campo da política. Há reforço mútuo entre um modo de fazer jornalismo e um modo de fazer política. As diferenças entre os campos e ofícios não se apagam, imperativos e *nomos* são distintos, mas a harmonia se sobrepõe às tensões e disputas. Esse seria um dado louvável se a análise partisse de um ideal da complementaridade entre elementos distintos. Da perspectiva de uma teoria crítica aos limites da pluralidade democrática, no entanto, esse compartilhamento de pressupostos e critérios é problemático.

O jornalismo como gestor de consensos

A seleção dos temas e atores que fazem parte do noticiário produz, assim, um esvaziamento dos conflitos. Não estou ressaltando o fato de que fiquem de fora *análises* dos conflitos sociais e políticos, *interpretações* das conexões entre os conflitos sociais e as posições manifestas no campo da política. Estas estão ausentes em grande medida, sem dúvida. Mas refiro-me aqui aos conflitos sociais e políticos de uma maneira menos elaborada ou, se quisermos, “pré-reflexiva”. Estão ausentes os “ruídos” que são parte das relações sociais de poder nas sociedades democráticas, indícios de interesses que não são acomodados facilmente, vestígios dos antagonismos que colocariam em xeque os enquadramentos predominantes na política e no jornalismo.

Também desta perspectiva, a da desidratação da política pelo esvaziamento dos conflitos, é importante discutir as formas de acomodação entre o noticiário e um modo de organização do campo político. Para afirmar que “o jornalismo político sobrevive do confronto entre partes e partidos” (Motta e Guazina, 2010: 136), considerando o conflito como categoria organizadora do noticiário, é necessário qualificar esse conflito. É preciso analisar os pressupostos compartilhados que estão na base da identificação e hierarquização dos conflitos no noticiário. Uma das maneiras de fazê-lo é justamente observando se tem correspondência, e de que forma, com os conflitos políticos e político-partidários em um dado contexto. É isso, grosso modo, o que está presente na noção de “paralelismo político” em Hallin e Mancini (2004), já mencionada, com a qual os autores definem um dos eixos para a análise comparativa dos sistemas de mídia, o grau de espelhamento entre as clivagens no campo da política e no campo da mídia. Um dos problemas nesse tipo de análise e de consideração do conflito é que toma os conflitos políticos como correspondentes aos conflitos entre os partidos políticos – ou entre aqueles que concentram maior poder e polarizam a política partidária num dado momento. Isso significaria deixar de lado as “tendências políticas gerais” que não são necessariamente expressas pelos partidos políticos (Hallin e Mancini, 2004: 27). Orientando-se por essa definição um pouco ampliada em relação a uma visão na qual as clivagens correspondem às disputas partidárias, ou às disputas entre governo e oposição, seria preciso considerar se um noticiário concentrado nos ocupantes de cargos no executivo e no legislativo⁵ é capaz de expressar a totalidade das posições e interesses politicamente relevantes. Quando se amplia um pouco mais essa definição e se considera que a pluralidade envolve posições e interesses sociais que não necessariamente são identificados como “tendências políticas” relevantes, dadas as fronteiras do politicamente legítimo, o problema se torna mais complexo.

Os conflitos presentes no noticiário da chamada “grande imprensa”, incluídas aqui as reverberações nos *sites* e *blogs* de internet vinculados aos veículos e jornalistas que ocupam posições centrais na mídia brasileira, não ultrapassam as disputas entre os atores políticos já posicionados. As clivagens no noticiário se definem, predominantemente, em relação aos governos constituídos e às disputas, ou potenciais disputas, eleitorais (mais do que em relação a tópicos, problemas e políticas). Há, nesse sentido, uma reverência não apenas às hierarquias da política, mas aos conflitos tais como codificados no campo da política – mesmo nos casos em que atores políticos são prejudicados pela visibilidade dos conflitos, como nos escândalos de corrupção, o noticiário reforça enquadramentos que não questionam aspectos estruturais do fazer político e que podem, na realidade, reforçá-los na medida em que definem os escândalos como desvios (Miguel e Coutinho, 2007).

De modo correlato, as disputas orbitam em torno de temas e problemas que resultam dos processos de filtragem que definem a agenda política, no campo político e no midiático. Isso significa que, potencialmente, os temas já identificados como politicamente relevantes, a partir de processos de filtragem vinculados a interesses e que remetem às hierarquias (de atores e temas) constituídas, serão considerados “obviamente” relevantes. Por outro lado, seu acesso ao patamar de tema relevante está ligado, necessariamente, a enquadramentos definidos – a chancela de relevância é um aspecto, os enquadramentos que se associam a ela são outro. A criminalização e condenação social da violência contra as mulheres e o direito ao aborto são dois exemplos de temas que tiveram grande dificuldade de atingir o patamar de relevância político-midiática, no primeiro caso (ainda hoje esse tema é predominantemente tratado nos espaços dedicados a crime e comportamento), ou que conseguem atingir esse patamar quando são mobilizados em

disputas político-eleitorais, como no segundo caso, sendo facilmente dispensado do noticiário político uma vez que os “fatos políticos” que lhes abriram caminho se esgotam.

137

As disputas no noticiário tendem a girar, assim, em torno de cartas já colocadas sobre a mesa. Correspondem aos limites de uma concepção restrita da política — dos espaços em que se dá, dos temas propriamente políticos e dos atores da política. Por isso, o que aparece como objeto de disputa são cargos e recursos que não são identificados a posições na condução de políticas específicas, a posições ideológicas e/ou a clivagens sociais que excedem as disputas político-partidárias e entre governistas e oposição.

Há pelo menos dois efeitos da restrição dos conflitos às dinâmicas, espaços e atores mencionados. Restritos às dobras internas da política, ou ao cotidiano das disputas político-partidárias, os conflitos presentes na cobertura não pressionam o *modus operandi* da política democrática, sobretudo as formas atuais de concentração de poder. Respaldam a distância entre os políticos e os cidadãos comuns, respaldam os critérios que justificam essa distância e reforçam os obstáculos para que exista de fato alternância entre essas posições.

Algumas das ambiguidades no noticiário são assim acomodadas. É possível defender a maior participação na política, condenando esporadicamente a falta de interesse político dos brasileiros ou o predomínio do autointeresse em detrimento de alguma visão mais nobre da política, ao mesmo tempo em que os limites estruturais a uma maior participação são naturalizados. É comum nos noticiários, mas especialmente entre os colunistas políticos, que a defesa da ampliação da participação apareça sob a forma da crítica a uma suposta “apatia do povo” ou desinformação, sem que se toque minimamente no que a produz.

O segundo efeito dessa restrição dos conflitos no noticiário é que, como são limitadas a uma compreensão restrita do que está em jogo na política, as disputas presentes na cobertura noticiosa expõem conflitos esvaziados de seu sentido social. A política nos noticiários é uma rotina de acertos, desacertos, acordos e desacordos que expressam as *subidas e descidas dos políticos*. É, portanto, a narrativa que confirma a política como esfera desligada das divisões socialmente fortes e que têm impacto sobre as oportunidades dos indivíduos (divisões de classe, de gênero, de raça, do acesso a direitos, à renda, à educação, às ocupações valorizadas, à cultura).

Na tipologia definida por Hallin (1989: 117), o noticiário pode ser posicionado predominantemente nas esferas do consenso (dos objetos e temas que não são vistos como controversos) e da controvérsia legítima (chamada pelo autor de “província da objetividade”, é esfera das disputas eleitorais e dos debates legislativos). Para Hallin, é nessa segunda esfera que se define o paralelismo político, em graus distintos segundo o contexto e os padrões históricos de relação entre o sistema de mídia e a política.

Por outro lado, é raro que o noticiário adentre a esfera do desvio, “o âmbito dos atores e visões políticas que os jornalistas e os políticos das correntes hegemônicas da sociedade rejeitam como destituídos de valor suficiente para serem ouvidos” (Hallin, 1989: 117). O jornalismo pode ser considerado, nesse sentido, como um regulador da pluralidade política e social. Seu papel seria, como sugere Hallin, não o de expor os conflitos, mas o de “excluir da agenda pública aqueles que violam ou desafiam os consensos políticos”, demarcando “os limites do conflito político aceitável” (Hallin, 1989: 117).

Como os limites do consenso político aceitável são permanentemente definidos, reforçados e redesenhados, entendo que o jornalismo exerce um papel de gestor de consensos. Sua centralidade na reprodução e difusão de representações da política advém

do fato conhecido de que a maior parte da população tem acesso à política institucional, sobretudo em nível nacional, pelos meios de comunicação. Mas seu lugar é especial em relação aos agentes políticos. E isso não se deve apenas à capacidade de difusão ampla dessas representações — possível para os agentes políticos de diferentes maneiras, que vão da militância convencional a seu alargamento pelo recurso à internet e outras formas de comunicação com potencialidade de atingir um público amplo e diferenciado. Seu diferencial se deve, também e sobretudo, à sua condição de suposta transcendência em relação às partes em disputa na política. É seu caráter transcendente em relação à política que permitiria que o jornalismo a representasse de uma perspectiva moralmente livre — das parcialidades, das picuinhas, do discurso enviesado e autointeressado.

Nesse sentido, e diferentemente do que afirmam Hallin e Mancini, a correspondência entre paralelismo político e um jornalismo de “estilo” mais propriamente político (Hallin e Mancini, 2004: 29), isto é, político-partidário, não é necessária. Ampliando a noção de paralelismo político para que ela envolva o alinhamento a concepções posicionadas da política, no sentido aqui definido, é possível pensar em um jornalismo orientado pela norma e pelo ideal da objetividade (que não assume um estilo discursivo político-partidário), mas que tem atuação política fundamental na definição dos limites da controvérsia, mobilizando uma visão parcial e orientada do que é politicamente relevante e razoável.

Uma das características do jornalismo assim configurado é que conflitos sociais que estão diretamente relacionados às formas de concentração de poder e de distribuição de recursos (simbólicos e materiais) não são mencionados ou aparecem como uma espécie de sombra indesejável, que acaba servindo para reforçar os limites legítimos da política — ou, dizendo de outro modo, as regras do jogo atualmente reverenciadas. Cabe-lhes o silêncio ou a estigmatização — de temas, atores e formas de ação política.

O tratamento dado à pobreza e à questão social pelos partidos políticos e pelos noticiários contemporaneamente, no Brasil, é um exemplo bastante característico. Como objeto de preocupação que é, supostamente, compartilhada pelos diferentes atores, a pobreza aparece esvaziada dos conflitos que são parte das desigualdades sociais. Como gestor de consensos, o jornalismo mobiliza o tema se e quando ele pode aparecer como objeto de preocupação comum, que não distingue posições. Além disso, e numa visão eivada de preconceitos, a pobreza tem sido tematizada também como forma de distinguir entre comportamento eleitoral moralmente orientado e comportamento eleitoral corrompido (Biroli e Mantovani, 2010).

Mais antigo nos noticiários, o tratamento concedido à reforma agrária e aos movimentos de trabalhadores sem terra é um exemplo da correlação entre o grau dos confrontos “suportado” pelo noticiário da mídia de grande circulação, as fronteiras da política nesse mesmo noticiário e a afirmação de tópicos e atores politicamente legítimos. A cobertura oscila entre o silêncio e a estigmatização do movimento (Berger, 2003; Interozes, 2010). Há, aqui, um exemplo das dificuldades para a inclusão na agenda midiática, na medida em que a marginalidade atual, de acordo com os sentidos já definidos e cristalizados no noticiário, tende a reduzir as chances de que a inclusão do tema esteja associada a um enquadramento alternativo, a um enquadramento elaborado a partir dos interesses dos movimentos (Prudencio, 2010).

Concentração de poder e justiça social não são problemas privilegiados pelos enquadramentos assumidos na cobertura política. Não são norteadores das compreensões da política e da avaliação das instituições e do comportamento políticos dos atores.

Tomados como problemas, nesse sentido, poderiam desorganizar ou reorganizar os limites da política, alçados a pressupostos normativos e empíricos para sua compreensão e avaliação. Os obstáculos que as disparidades de poder, disparidades de representação e influência entre os grupos sociais, disparidades em autonomia, peso e oportunidade para vocalizar interesses, colocam para a democracia poderiam ser tematizados. O conflito que se tornaria visível seria, então, diverso em grau e em qualidade das disputas que hoje organizam o noticiário.

139

Conclusão

O texto procurou consolidar hipóteses e orientações para pesquisas sobre os mecanismos que definem os limites da política democrática nos noticiários. A principal preocupação é expor a dinâmica de naturalização das hierarquias internas ao campo da política, como filtros que orientam e selecionam atores e temas que seriam pertinentes ao campo da política e ao debate político.

Por meio desses mecanismos de seleção, o jornalismo desempenha seu papel de gestor de consensos. Não se trata de mediação entre partes ou posições, mas de uma atuação política que define um denominador comum – que impõe limites e controles – às posições dos grupos ou partidos políticos em disputa em um dado momento. Em outras palavras, colabora para definir o que está em disputa ou o que *pode* estar legitimamente em disputa. Em alguns contextos, isso pode corresponder a aplainar as diferenças entre grupos políticos, em outros pode corresponder à demarcação de uma alteridade absoluta, que permite estigmatizar alguma(s) das partes em disputa. Para indicar exemplos restritos à cobertura eleitoral no Brasil, o aplainamento foi predominante na eleição presidencial de 2002, em que a mídia procurou extrair compromissos dos candidatos, levando-os a situar-se de maneira semelhante em relação a temáticas consideradas centrais naquele momento (Miguel, 2003), enquanto a demarcação da alteridade foi predominante na construção da imagem dos candidatos pela mídia em 1989 (Kucinski, 1998). A presença de discursos “consensuais” – e em muitos sentidos diluídos – sobre a pobreza e as desigualdades no debate público brasileiro, não permitindo uma identificação clara e distinta entre os grupos ou partidos políticos e sua adesão a políticas distributivas, também pode ser resultante desse tipo de atuação dos meios de comunicação no Brasil: definem-se os limites dos valores que seriam, e deveriam ser, legitimamente compartilhados, sem expor claramente em que âmbito, além do cotidiano das disputas por cargos, se definem os conflitos e as diferenças entre os atores políticos. De todo modo, o texto procurou avançar hipóteses e reforçar orientações para uma agenda de pesquisa que leva em conta a relação entre jornalismo, consenso e conflito, e que certamente demandará complementos e redefinições a partir da análise de situações e interações concretas e determinadas.

Vale ressaltar que a gestão de consensos não se limita às disputas eleitorais. Colabora para delimitar o leque e o âmbito dos conflitos entre grupos e partidos políticos distintos, definindo quais são os conflitos que merecem visibilidade – inclusive negativamente. Além disso, estabelece pontos de contato entre políticos e espectadores da política ao fornecer o fundo comum das narrativas sobre a política, isto é, dos julgamentos e valores que estão em sua base. Nesse sentido, ultrapassa as elites políticas e atua na tessitura das relações entre elas e os “cidadãos comuns”. Esse pode ser um dos caminhos para se pensar o impacto do partidarismo do noticiário, no sentido aqui tratado, na formação das preferências dos indivíduos. Ele corresponde, sobretudo, à atuação rotineira do jornalismo na definição dos pressupostos sobre a política a partir dos quais esses

indivíduos poderão decidir seu voto ou mesmo imaginar possibilidades alternativas de atuação política. A complexidade da formação das preferências e o fato de que os meios de comunicação não exerçam influência de modo uniforme ou isolado não reduz sua centralidade (Biroli e Miguel, 2011).

140

Nos noticiários, os discursos que organizam as categorias por meio das quais a realidade é apreendida e significada estão baseados em pressupostos naturalizados, que não aparecem como problemas ou tópicos que merecem análise. Ativam consensos previamente estabelecidos na medida em que noticiam julgamentos e valores como se fossem “simples fatos” da política.

A participação da mídia na construção da hegemonia, em sociedades complexas, pode ser pensada nesse sentido. Mais do que a capacidade de indicar em quem votar, por exemplo, a mídia comercial continua a ter um papel relevante na legitimação de um modo de compreender a política. Respalda as hierarquias entre atores, temas e problemas, dentro da política ou na construção das fronteiras entre o que é e o que não é entendido como propriamente político.

O poder que está na base do controle do jornalismo profissional é, nesse sentido, exercido rotineiramente. Tomando de empréstimo as palavras de Daniel Hallin, frequentemente esse poder simplesmente não tem que assumir a forma de recursos de autoridade: os mecanismos que mantêm o controle e o “consenso” são suficientemente fortes para que a mídia não tenha que entrar em conflito com outras instituições políticas estabelecidas (Hallin, 1989: 25). O foco, nesse caso, não recai sobre o conflito com atores, mas com as instituições como realidades simbólicas e normativas.

O conflito circunstancial com atores políticos pode, assim, coincidir com a acomodação com a “política real”. O primeiro pode ser tomado como a expressão da relativa autonomia do jornalismo em relação aos atores e às posições parciais na política. Mas é preciso que seja visto em conjunto com o segundo, isto é, com o que pode ser pensado como um compromisso de caráter mais estrutural. A parcialidade corresponde a uma atuação que *objetiva uma política*, isto é, que colabora para *realizar* um modo de configuração da política – e, se quisermos avançar no impacto dessa colaboração, para limitar o debate sobre conformações alternativas das instituições democráticas.

(Recebido para publicação em dezembro de 2012)

(Aprovado para publicação em maio de 2013)

Cite este artigo

Biroli, Flávia. Limites da política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e) anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 6, pp. 126-143, Julho 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

141

1. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada ao Grupo de Trabalho “Comunicação e política” do XXI Encontro da Compós, que aconteceu entre 12 e 15 de junho de 2012, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Agradeço aos participantes do GT pelos comentários e críticas, especialmente a Alessandra Aldé e João Guilherme Bastos dos Santos, que relataram o texto. Agradeço, também, a Luis Felipe Miguel e Marcelo Tokarski pela leitura de uma versão anterior deste artigo.

2. Para uma discussão que procura justamente fazer a crítica do reducionismo nas análises da mídia e da política, com enfoque no impacto da mídia na produção das preferências políticas, conferir Biroli e Miguel, 2011.

3. A definição de Wilson Gomes (2004: 247) para “imagem pública” pode nos auxiliar, aqui, a evitar compreensões equivocadas do que entendemos como visibilidade de temas e atores: essa visibilidade não é um fato visual, “mas um fato cognitivo, conceitual”. Está, assim, constitutivamente imbuída de conceitos, valores, redes de inferências que retomam sentidos e os reforçam potencialmente.

4. As longas rotinas e a convivência, inclusive devido a elas, no tempo em que estão fora da redação (os grupos ocupacionais funcionam também como redes de relações pessoais e mesmo afetivas) são também um elemento que precisa ser considerado quando se trata do compartilhamento de referências — que ultrapassam as referências propriamente políticas e incluem atividades e gostos culturais, orientações de caráter moral, concepções de vida em sentido amplo. Além disso, vale ressaltar o fato de que a alta circulação dos profissionais por diferentes veículos, assim como a “setorização” que tem como um de seus efeitos o encontro rotineiro nas salas de imprensa, leva a uma convivência entre os jornalistas que pode ser mais definidora das lealdades do que as disputas entre os veículos (por exemplo, as disputas pelo furo ou por outras formas de distinção entre as coberturas dos veículos). O impacto de cada uma dessas formas de compartilhamento teria que ser analisado por meio de pesquisas empíricas.

5. Concentração presente no noticiário dos veículos de grande público no Brasil, como indicam pesquisas já mencionadas neste artigo (Biroli e Miguel, 2010b; Gomes, 2008).

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALBUQUERQUE, Afonso de. *As três faces do quarto poder*. In: Miguek, Luis Felipe; Biroli, Flávia. *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Editora Hucitec; 2010, pp. 92-104.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

- BIROLI, Flávia. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro*. São Paulo: tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2003. 142
- BIROLI, Flávia. *Jornalismo, democracia e golpe*. Revista de Sociologia e Política, 2004, vol.22, pp. 87-99.
- BIROLI, Flávia. *Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do 'jornalismo moderno' no Brasil*. História, 2007, vol.26, n.º. 2, pp. 118-143.
- BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. *Disputas, ajustes e acomodações na agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006*. Opinião pública, 2010, vol.16, n.º.1, pp. 90-116.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Razão e sentimento: a comunicação política e a decisão do voto*. Paper apresentado no GT Comunicação e Política do 20º Encontro da Compós, em Porto Alegre, 2011.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, n. 81, 2013, pp. 77-95.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Orgulho e preconceito: a 'objetividade' como mediadora entre o jornalismo e seu público*. Opinião Pública, 2012, vol.18, n.º.1, pp. 22-43.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. Dados — Revista de Ciências Sociais*, vol. 53, n. 3, 2010b, pp. 695-735.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- CARPENTIER, Nico; TRIOEN, Marit. *The particularity of objectivity: a post-structuralist and psychoanalytical reading of the gap between objectivity-as-a-value and objectivity-as-a-practice in the 2003 Iraqi War coverage*. Journalism, 2010, vol.11, n.º. 3, pp. 311-28.
- COOK, Timothy E. *Governing with the news: the news media as a political institution*. 2.ed. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2005.
- DEUZE, Mark. *What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered*. Journalism, 2005, vol.6, n.º.4, pp. 442-64.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- ETTEMA, James S. e Theodore L. GLASSER. *Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue*. New York: Columbia University Press, 1998.
- GANS, Herbert J. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. Evanston: Northwestern University Press, 2004.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMES, Wilson. *Mapeando a audiosfera política brasileira: os soundbites políticos no Jornal Nacional*. Paper apresentado ao Grupo de Trabalho

- “Comunicação e Política” do XVII Encontro da Compós, na PUC-SP, São Paulo, 2008. 143
- GUAZINA, Liziane; MOTTA, Luiz Gonzaga. *O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional*. Brazilian Journalism Research, 2010, vol.6, nº.1, pp. 132-149.
- HALLIN, Daniel. *The “uncensored war”: the media and Vietnam*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1989.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- INTERVOZES. *Vozes silenciadas: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. São Paulo: Intervezes, Fitert, Fundação Friedrich Ebert, 2011.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome de antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.
- McCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Os meios de comunicação e a prática política*. Lua Nova, 2002, nº.55-6, pp. 155-84.
- MIGUEL, Luis Felipe. *A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2002*. Dados – Revista de Ciências Sociais, 2003, vol.46, nº. 2, pp. 289-310.
- MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. *A crise e suas fronteiras: oito meses de ‘mensalão’ nos editoriais dos jornais*. Opinião Pública, 2007, vol.13, nº.1, pp. 97-123.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2010, vol.25, nº. 73, pp. 59-76.
- PRUDENCIO, Kelly. *Mobilizar a opinião pública: sobre a comunicação dos ativistas políticos*. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, pp. 260-273.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. São Paulo: tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1998.
- SCHUDSON, Michael. *The objectivity norm in American journalism*. Journalism, 2001, vol.2, nº. 2, pp. 149-70.
- SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.